

Artigo Original**Transposição do Velho Chico: compreensões acerca da lógica desenvolvimentista em comunidades rurais.*****Transposition of the Velho Chico: understanding of developmental logic in rural communities.***Gabriela Helena Borges¹ orcid.org/0000-0003-1770-6088Maria Letícia Pereira da Silva¹ orcid.org/0000-0003-4998-9289.Giselle Oliveira Santos¹ orcid.org/0000-0003-3823-1835Renata Pereira Farias¹ orcid.org/0000-0002-4297-7421Suely Emilia de Barros Santos² orcid.org/0000-0001-6249-7487Wanessa da Silva Gomes² orcid.org/0000-0002-9093-8275Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha³ orcid.org/0000-0003-2567-141XAndré Monteiro Costa⁴ orcid.org/0000-0001-6043-129X¹Graduanda, Universidade de Pernambuco, Garanhuns, Pernambuco, Brasil²Doutora, Universidade de Pernambuco, Garanhuns, Pernambuco, Brasil³Doutora, Universidade de Pernambuco, Arcoverde, Pernambuco, Brasil⁴Doutor, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Pernambuco, BrasilE-mail do autor correspondente: gabriela.borges@upe.br**Submissão:** 12/07/2021**Aprovação:** 14/09/2021**RESUMO**

O artigo de pesquisa foi desenvolvido a partir da experiência de extensionistas no programa “TransVERgente” que conta com uma equipe multi e interdisciplinar, com o intuito de viabilizar espaços de cuidado a partir de ações de prevenção e promoção em saúde voltadas para a população impactada pela transposição do rio São Francisco em Sertânia/PE. Dessa maneira, a partir de experiências neste território, nosso objetivo é identificar discursos de poder que em nome da lógica desenvolvimentista violentam o modo de vida da população residente nas comunidades. A metodologia utilizada para caminhar nesses espaços foi a Cartografia Clínica, portanto, o trabalho analisa fontes documentais constituídas por propagandas divulgadas por órgãos governamentais e compara esses documentos com a realidade circunscrita nos diários de bordo das extensionistas, que presenciaram as narrativas sobre os impactos da obra. Os resultados desse programa foram ações traçadas coletivamente em coparticipação com a comunidade, apresentadas por imagens que mostram as atividades feitas. Diante disso, as principais considerações são referentes à lógica desenvolvimentista que parte de um lugar de poder e que usa do discurso em nome do “desenvolvimento” para violar direitos humanos, sociais, territoriais e de saúde da população residente nos entornos da transposição.

Descritores: Transposição. Povos da Terra. Direitos Humanos. Extensão.**ABSTRACT**

The research paper was developed from the experience of extensionists in the "TransVERgente" program which has a multi and interdisciplinary team, in order to enable spaces of care based on actions of health prevention and promotion aimed at the population impacted by the transposition of the São Francisco River in Sertânia/PE. This way, based on experiences in this territory, our objective is to identify discourses of power that in the name of the developmental logic violate the way of life of the population living in the communities. The methodology used to walk in these spaces was Clinical Cartography, therefore, the paper analyzes documentary sources consisting of advertisements disseminated by government agencies and compares these documents with the circumscribed reality in the extensionists' logbooks, who witnessed the narratives on the impacts of the work. The results of this program were actions drawn collectively in co-participation with the community, presented by images showing the activities performed. Therefore, the main considerations are related to the developmental logic that starts from a place of power and uses speech in the name of "development" to violate human, social, territorial and health rights of the resident population in the surroundings of the transposition.

Keywords: Transposição. Povos da Terra. Direitos Humanos. Extensão.

1. INTRODUÇÃO

II

Entre estatais
E multinacionais
Quantos ais!

III

A dívida interna.
A dívida externa.
A dívida eterna¹

O texto, publicado em dezembro de 1983, está associado ao forte investimento em mineração da época; a obra faz alusão a uma lógica desenvolvimentista que tem continuidade às custas de anseios e lamentações de um povo. Análogo a isso, a região do sertão nordestino que circunda o rio São Francisco é historicamente marcada pelos conflitos por terras e água. Euclides da Cunha, ao citar o território em *Os Sertões*, o descreve como “[...] diagrama da nossa marcha histórica”, que fez parte do percurso de vaqueiros, jesuítas e bandeirantes.²

A região banhada pelo Velho Chico, está ainda relacionada às memórias e lutas do homem sertanejo contra o Estado, sendo o espaço do submédio do São Francisco o palco da revolta de Canudos, que iniciou com a insatisfação sobre a repressão do governo ao povoado.³

Dentre as histórias e conflitos que compõem a localidade, o desejo de transpor o rio São Francisco tem aproximadamente duas décadas e tem sido pensado desde o período do Império.⁴ O projeto da Transposição do rio São Francisco é um megaempreendimento pensado desde o século XIX e iniciado em 2007, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI) e se constitui como um dos projetos ainda em andamento no país. Apoiando-se em uma lógica desenvolvimentista, as autoridades responsáveis pela construção enfatizam sua importância para atendimento de necessidades hídricas no Sertão nordestino.

Apesar dos discursos sobre os benefícios associados à transposição, sua repercussão nas comunidades próximas envolve desde a desapropriação de moradores até dificuldades de mobilidade e acesso à educação e saúde, como visto em um primeiro contato com a população. Contexto que não ganha grande repercussão, uma vez que o projeto também explicita a relação de poder existente entre os responsáveis pela obra e a população rural que é acometida pelos impactos negativos.

Pensando no constante e evidente desejo dos megaempreendimentos, com consentimento estatal, de dominar as comunidades ligadas à terra, além da escassez de estudos que apontam as inúmeras violações de direitos sofridas pelas comunidades e da necessidade de lançar olhares críticos para as relações de poder que circundam as comunidades afetadas pela transposição do rio São Francisco, o programa de extensão TransVERgente surge através de um trabalho multi e interdisciplinar com a intenção de propor espaços de cuidado, bem como ações de prevenção e promoção em saúde, e orientações jurídicas voltadas para a população impactada. Dessa forma, torna-se possível, a partir da diversidade de profissionais, o compartilhamento de saberes e a elaboração de ações de intervenção em coparticipação com a comunidade.

O presente trabalho objetiva, a partir da experiência nas atividades proporcionadas durante as ações extensionistas, identificar discursos de poder que em nome do desenvolvimento violentam o modo de vida das comunidades próximas à transposição. A esse modo, o estudo se faz relevante uma vez que, a partir das reflexões trazidas, auxilia na construção de ações que estejam de acordo com as demandas desses territórios.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O programa de extensão universitária TransVERgente surge numa parceria entre a UPE - Campi Garanhuns e Arcoverde, com a FIOCRUZ/PE e atualmente a UFPB – Campus Sumé. O programa conta com uma equipe inter e multiprofissional composta por professores/pesquisadores, estudantes da graduação, residentes e mestrados das áreas de Psicologia, Direito, Serviço Social, Medicina, Enfermagem e Saúde Coletiva em articulação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia.

Este trabalho se utiliza de metodologia qualitativa, uma vez que é de cunho social não numérico e lida com interpretações e afetações relacionadas ao contexto estudado.⁵ Desse modo, pudemos lançar um olhar compreensivo acerca da experiência de transitarmos pelas comunidades campestres de Sertânia/PE, onde vive a população afetada pelas obras da transposição do rio São Francisco.

Utilizamos da cartografia clínica para percorrer o território, a fim de compreendermos os sentidos dados às relações, bem como para escutarmos as narrativas dos moradores, visto que

A cartografia clínica parte da escuta psicológica visando tanto à investigação, quanto à intervenção: busca compreender o cenário social, criar modos de atuação possíveis e pesquisar a própria intervenção em ação.⁶

Ainda segundo as autoras, essa escuta também pode ser realizada enquanto um Plantão Psicológico, por ser feito devido a uma demanda espontânea dos habitantes que pontuam suas necessidades individuais de serem atendidos.

Utilizamos da narrativa inspirada em Walter Benjamin⁷ para registrar em diários de bordo a contação da experiência, dado que o diário de bordo se faz enquanto “narrativas em forma de escrita, feitas por protagonista, de próprio punho, disposto a compartilhar uma experiência”.⁸

Dessa forma, é importante ressaltar o papel terapêutico dessa narrativa, uma vez que, esse compartilhamento de experiências além de possibilitar autonomia sobre o modo de se olhar, também viabiliza uma maneira de se ocupar da própria existência no mundo ao elaborar sua vivência.⁹ Portanto, para além do diário de bordo, a narrativa daqueles que são escutados neste cenário social traz um caráter de cuidado e acolhimento à demanda da população estudada.

O método utilizado para a interpretação/compreensão foi a Analítica do Sentido de Critelli.¹⁰ Segundo a autora, a análise do real acontece a partir de cinco possibilidades de mostraçõ, descritas e detalhadas por Silva e Santos:¹¹

Desvelamento – modo como se dará a afetação pelos depoimentos dos sujeitos/narradores.

Revelação – vem do impacto que o desvelamento do fenômeno provoca. (O momento da compreensibilidade).

Testemunho – é a literalização (dizer a partir das palavras dos sujeitos/narradores).

Veracização – Nesse momento, será dado o depoimento acerca dos passos anteriores, articulando-os com os conhecimentos prévios encontrados durante essa produção.

Autenticação – é o momento que, por fim, a pesquisa será levada a público, autenticando-a.

Ao mesmo tempo, fontes documentais constituídas por propagandas divulgadas

por órgãos governamentais também foram utilizadas enquanto estratégia metodológica. Segundo Gil,¹² são definidas fontes documentais aquelas que ainda não receberam tratamento analítico, podendo incluir documentos como diários, tabelas, cartas, ofícios, conteúdo audiovisual etc.

Essas fontes foram utilizadas a fim de produzir uma discussão analítica num diálogo com o que o megaprojeto de Transposição do Rio São Francisco se propôs a construir e ao que encontramos como ressonâncias dessa ação nas esferas sociais e geográficas. Já que, através das nossas ações extensionistas no território afetado, foi possível observar esses impactos e pensar em estratégias na tentativa da reparação comunitária referente ao sofrimento proveniente de violações de direitos a longo prazo.

3. RESULTADOS

As obras da transposição do rio São Francisco tinham previsão de término para 2012, estendida para 2016. No entanto, a realidade encontrada evidencia um cenário ainda marcado pela passagem das máquinas e pelos impactos que geraram perdas de âmbito material e imaterial para a população residente nas comunidades rurais de Sertânia/PE.

Nesse viés, apesar de o projeto de viabilização das obras desse megaempreendimento apontarem para mudanças positivas com relação ao acesso à água e aos cuidados em saúde, o que tem se visto no território revela uma série de violações de direitos que ressoam no cotidiano da população que sofre pela dificuldade de plantar e produzir, bem como de acesso a água, a saúde e a educação.

Além disso, o processo de desapropriação dos moradores tem resultado em indenizações irrisórias, bem como num sofrimento decorrente da saída das pessoas de suas residências, espaços onde moraram por décadas ou todos os anos da vida. Ainda, uma parcela dos moradores relatou que tiveram seu terreno atingido pela passagem das máquinas sem aviso e/ou sem respeito à demarcação de área prevista no projeto da transposição, o que ocasionou a derrubada das cercas e a fuga dos animais.

Diante desse cenário, nos anos de 2018 e 2019 o programa TransVERgente visualizou a possibilidade de construir em coparticipação com a população, ações contextualizadas com a realidade das comunidades afetadas. Além da população e da equipe do TransVERgente, também houve a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertânia e da Defensoria Pública da União (DPU) e da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPE) para mobilização e realização das atividades.

Desse modo, as demandas emergentes no território direcionaram as ações de cuidado que a equipe multi e interdisciplinar pôde encaminhar. A partir disso, foram realizadas ações de escuta psicológica; aferição de pressão; levantamento de dados de saúde; auriculoterapia; orientação jurídica; encaminhamento de 2ª via de certidão de óbito, certidão de casamento; escuta da Defensoria Pública aos afetados pela transposição.

Figura 1: Trecho das obras da transposição do rio São Francisco. Arquivo do Programa TransVERgente.



Fonte: Autor

Figura 2: Equipe em uma das idas para as comunidades aos arredores do rio São Francisco em Sertânia/PE, 2018. Arquivo do Programa TransVERgente.



Fonte: Autor

Figura 3: Equipe multidisciplinar em uma das idas a território, em 2019. Arquivo do Programa TransVERgente.



Fonte: Autor

Figura 4: Ação extensionista com camponeses, 2018. Arquivo do Programa TransVERgente.



Fonte: Autor

Figura 5: Ação de cuidado e acolhimento à população residente das comunidades aos arredores da Transposição em Sertânia/PE, 2018. Arquivo do Programa TransVERgente.



Fonte: Autor

4. DISCUSSÃO

A ideia de desenvolvimento em megaempreendimentos, atrelada na maioria das vezes à “valores superiores” e uma expressão da modernidade, foi veiculada pelos governantes e grande mídia com a pejorativa de benefício para toda a população, mesmo que sejam previstos ainda em projeto danos à fauna, à flora, ao solo, aos valores culturais e aos modos de vida das populações afetadas.

Apesar das propagandas neoliberais que constituem esses projetos, é possível observar que a ideia de desenvolvimento

no Brasil ainda é marcada por colonialidades e ambiguidades que mais dizem de um projeto de dominação que de um projeto de futuro democraticamente favorável.

Associada ao incentivo da industrialização, a transposição do rio São Francisco, considerada uma das construções que cumpre a agenda de megaprojetos no país, conduz desde seu início, uma série de dificuldades para os moradores de espaços próximos às obras. O projeto, pensado enquanto estratégia de abastecimento hídrico para a região dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, durante o decorrer de suas obras teve forte propaganda, como é perceptível em trecho de comercial lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional:

O que era um sonho de gerações de nordestinos está se tornando realidade. [...] Com essa água chega também muita esperança e mais oportunidades para todos nós. [...] O Governo Federal entrega para o Nordeste e para o Brasil todas as infraestruturas físicas do Projeto São Francisco, um marco histórico para o país e uma nova vida para milhares de brasileiros.¹³

O megaempreendimento da transposição responde ao padrão neoliberal, o qual se apoia em discursos desenvolvimentistas fortemente estruturados e reproduzidos, uma vez que, ao mesmo passo que defendem o aumento da produção e da produtividade como condições necessárias para a região, apontam a insuficiência desses projetos para a redução das desigualdades e superação de problemáticas inicialmente apontadas,¹⁴ nesse caso, o abastecimento hídrico da população rural.

Num contexto de forte propaganda das vantagens prometidas através do megaempreendimento, foi possível visualizar em algumas comunidades as narrativas de moradores que consideram a transposição do rio São Francisco um megaprojeto que irá trazer mais benefícios que malefícios ao cotidiano dessa população:

[...] o Sindicato diz não ser contra a transposição e, além disso, a visão de alguns moradores é de que as mudanças que aconteceram e que iriam acontecer refletiam 80% de melhorias e 20% de problemas (Diário de Bordo).

Nessa perspectiva, compreendemos que o discurso desenvolvimentista atrelado ao projeto da transposição e amplamente divulgado de forma midiática, exerce influência no modo como essas pessoas enxergam as ressonâncias da obra no cotidiano, bem como os impactos que atravessam seus modos de vida.

Recorda-se, assim, as polycitações feitas pelas sociedades e economias vistas como referencial para os países "subdesenvolvidos" do sul geopolítico, em que a industrialização e consumo são preconizados. Contudo, a contrapartida de assemelhar-se ao modo de vida desses países é a legitimação das relações coloniais e de tornar o território subalterno à lógica do capital.¹⁵

Olhando para os bastidores dessa lógica desenvolvimentista, é importante pensar que o projeto também responde à uma ferida colonial estabelecida pelo modo como o campo é visto, considerando a ideia urbanocentrista que persegue esse panorama. Portanto, não bastasse a colonialidade envolvida na relação dominador - patrão e dominado - empregado, essa perspectiva é a mesma

no que concerne a uma representação geográfica.¹⁶

Nesse rumo, congruente à estrutura colonial-capitalista, julga-se que os moradores de comunidades camponesas sejam irrelevantes nas tomadas de decisões e na manutenção do viver cotidiano nas diferentes formas de habitar o território, assim são submetidos ao domínio de projetos do Estado e de concepções que partem desse sentido urbanocêntrico. Tal constatação faz considerar as estruturas normativas que carregam o discurso de poder hegemônico e orientam as sucessivas gestões do Estado-colonial, sem se importar com a pluralidade que habita o território nacional.¹⁷

Longe das propagandas moldadas através da lógica desenvolvimentista, a partir de nossas andanças nas comunidades através do programa, aparecem as queixas sobre as consequências de uma transposição que continua afetando o cotidiano dos camponeses. Como repercussões negativas, são citadas a perda de moradia e os impactos sociais e psicológicos advindos da perda de terras. Sendo o sentido da terra, para os camponeses, indistinguível do vínculo afetivo que se estabelece com a moradia, que em parte dos casos é o mesmo espaço em que são realizadas as atividades de agricultura que garantem a subsistência dos moradores. Segundo Segaud,¹⁸

Apropriar-se do espaço é estabelecer uma relação entre esse espaço e o eu (torná-lo próprio) por meio de um conjunto de práticas. Trata-se de atribuir significação a um lugar.

Assim, passados alguns anos após a retirada de moradia dos camponeses, o sentimento de desapropriação ainda é presente, uma vez que mesmo para

moradores que foram concedidas novas habitações, ainda há dificuldade de vinculação e apropriação dos espaços do novo território. Em narrativa sobre o contato com uma das Vilas Produtivas Rurais (VPR) fornecida como residência para a população desapropriada,

[...] não conseguia visualizar nenhuma outra pessoa em qualquer local da vila, praça e ruas estavam desertas. Caso não soubesse que ali residiam pessoas, chutaria que era uma vila abandonada (embora abandono, dado o contexto vivenciado pelos residentes do local, ainda seja um termo cabível) (Diário de Bordo).

Além das dificuldades relacionadas à perda de terras, algumas comunidades descrevem falta de abastecimento de água após as obras, demonstrando contradição em relação ao objetivo do projeto, uma vez que, como apresentado em trecho de vídeo-propaganda divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional¹⁹ sobre a finalização de um trecho da obra:

Água é vida e a gente tem que ter água pra tudo. Pra beber, cozinhar, tomar banho, pra tudo, né? Sem água a gente não vive, não é verdade?

Ainda, o que foi narrado pelos camponeses têm exposto mais da realidade dos “bastidores”, um outro lado que as produções audiovisuais não revelaram à sociedade em nome da construção de uma imagem publicitária positiva. As propagandas constantemente divulgadas fazem contraste com uma realidade de silenciamento dos moradores próximos à transposição, que ainda vivenciam as consequências do megaempreendimento, como pudemos visualizar nas reuniões realizadas:

[...] foram levantadas discussões sobre os diversos problemas que já ocorreram nas comunidades atingidas pela obra do canal [...] como as tentativas da ‘firma’ de corromper as lideranças das comunidades, a partir da oferta de trabalho na obra, para que houvesse o silenciamento das pessoas, a perda da força do coletivo e conseqüentemente a aceitação das barbáries impostas; a intimidação dos representantes das obras sobre as pessoas que apresentavam resistência em sair de suas casas (Diário de Bordo).

Nessa direção, compreendemos que o discurso do “progresso” reproduzido em prol da venda de uma ideia, transforma-se em uma ação violenta que tem como agente o próprio Estado através do Ministério da Integração Nacional. Discurso moldado através de uma lógica desenvolvimentista que tem por consequência, cotidianas violações de direitos nesses territórios, como bem apontam Silva, Santos e Santos²⁰

A água ainda é uma necessidade mesmo nas comunidades onde os canais do São Francisco já passam [...]. Essa falta de água traz ressonâncias como a impossibilidade de os moradores realizarem atividades do trabalho agrícola, bem como praticar o plantio, a criação de animais e, até mesmo, na falta de água para consumo próprio. Nossa atenção se volta para a falta. Uma falta de serviços fundamentais para uma qualidade de vida, bem como uma ausência de cuidado.

Nesse viés, o discurso sobre a realização da obra nos faz pensar no lugar atribuído à população rural, campesina, sertaneja, estando contida, muitas vezes, num espaço em que a transformação é almejada por aqueles que se encontram em posição de poder. Como explicitado

em uma das propagandas divulgadas sobre a construção de um dos canais, em que se destaca a lógica desenvolvimentista voltada para a capital e região metropolitana:

O Eixão das Águas garante por 30 anos o abastecimento de água em Fortaleza e Região Metropolitana, beneficiando e potencializando o desenvolvimento local desde a produção agrícola até os grandes projetos do Porto do Pecém [...]²¹

Assim, o desejo e escolha da população dessas comunidades são apagados para que se sobressaia uma decisão tomada de cima pra baixo. Isso pode gerar um sentimento de exaustão pelo fato de sempre colocarem a comunidade campesina nesse local invisibilizado, como é mostrado na narrativa feita em campo:

[...] ao longo da conversa fui tocada por falas como ‘Quem é que vai querer falar naquele monte de gente... aí sofre calado... mas na hora h ninguém fala nada’ reverberando a opressão e dominação desencadeadora do silenciamento daqueles que foram, dolorosamente, agredidos. Parece que o grito preso na garganta ecoa quando nos colocamos como instrumento de escuta (Diário de Bordo).

Por esse caminho, destacamos a importância da Universidade na denúncia de violações de direitos que apontam para a manutenção da desigualdade social, e na atitude de propor ações de cuidado para a população.

Para além disso, ressalta-se o papel da Psicologia e da formação do psicólogo ao trabalhar conjuntamente aos Direitos Humanos, já que asseguram a oportunidade de uma vida digna para

todos. Por essa razão, Maia²² explica que essa perspectiva possibilita a escuta, como feito através dos Plantões Psicológicos, para expressão do sofrimento daqueles que tiveram seus direitos básicos violentados e é nessa construção coletiva de lugares seguros que a prática deve se lançar. Isso ocorre em prol do cuidado com a população afetada pela transposição.

Assim, nas ações extensionistas realizadas a partir do programa, nós direcionamos às demandas narradas através das comunidades, que descreviam dificuldades em relação às questões jurídicas e aumento do número de adoecimentos. A partir disso, as atividades que aconteceram nos territórios contaram com o acolhimento e participação dos moradores.

Os encontros com as comunidades representaram, independente da área profissional em ação, um momento de diálogo, de narração sobre a experiência da transposição após tantas tentativas de silenciamento.

Presenciamos, portanto, a violação de direitos a segurança pessoal, a proteção, a retratação jurídica, a não interferência em suas vidas pessoais, a propriedade e a condições justas²³, como modos de tornar inacessíveis condições básicas de cidadania. A partir disso, recordamos o direito à saúde, garantido através do Art. 196 da Constituição Federal de 1988, em que se explicita:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.²⁴

Visualizamos, assim, que o direito à saúde em espaços vulnerabilizados só é possível a partir da adoção de medidas que protejam os Direitos Humanos e defendam

[...] critérios socioculturais que contribuam para a saúde de todas as pessoas, incluindo a acessibilidade a serviços de saúde, condições de trabalho, habitação, transportes de boa qualidade, alimentos nutritivos e o direito ao lazer.²⁵

Nesse sentido, as atividades ocorridas antes, durante e após a ida às localidades sertanejas através do programa de extensão, partem do pressuposto que para a promoção e prevenção em saúde é necessário o olhar sobre os aspectos sociais e econômicos que impedem que os moradores acessem direitos básicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de extensão TransVERgente tem possibilitado perceber as nuances da lógica desenvolvimentista a partir do trânsito pelo território. Através das narrativas dos camponeses, há a denúncia de uma realidade de violação de direitos causada pela monetarização da vida, legitimada pelo Estado em prol do que seus representantes chamam de “progresso”.

Nessa direção, em decorrência da manutenção da lógica desenvolvimentista, alimentada pela veiculação midiática de propagandas sobre os benefícios da transposição do rio São Francisco, mesmo após uma série de violações de direitos, algumas narrativas dos moradores revelam a compreensão de que os impactos no cotidiano e na vida das pessoas diretamente afetadas pelas obras seria mais positivo que negativo.

No entanto, essa população experiencia uma angústia frente à invasão violenta da transposição em seu cotidiano, bem como diante da impossibilidade de continuar a encaminhar seus meios de subsistência que se desvelam como um modo de viver digno.

Nesse segmento, é relevante pensar no papel que a Psicologia em interface com outras profissões do âmbito da saúde tem diante dessa realidade. A escuta a partir da atitude fenomenológica, mostra-se como recurso de cuidado para com aqueles que sofrem e até mesmo adoecem ao serem atravessados pelas obras que não consideram a realidade dos povos da terra.

Diante desse cenário, a extensão universitária se mostrou um espaço possível para colocar em andamento a ação política de graduandos, residentes e professores, bem como possibilitou a construção coletiva de espaços de cuidado e de promoção da dignidade humana, ações que se mostram coerentes às concepções fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo²⁶ e que são baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ademais, esperamos que o presente trabalho seja uma maneira possível de garantir visibilidade para a temática, bem como um modo de ampliar olhares para as constantes violações de direitos e negação da dignidade humana sofrida pelos povos da terra, de forma a nos apropriarmos de dimensões éticas desde as práticas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

1. ROSA, A. M. V. S. **Palavra e terra de Carlos Drummond de Andrade em O Cometa Itabirano**. 2000. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte. 2000.
2. CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
3. TOLEDO, L. M. de, SOUZA, E. R. (org.). **Transposição das águas do Rio São Francisco, situação de saúde e segurança pública: expedição científica da Fiocruz à área de abrangência das obras do empreendimento**. Rio de Janeiro: ENSP/ FIOCRUZ, 2015.
4. WESTIN, R. Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco. **Senado Notícias**, Distrito Federal, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>. Acesso em: 10 jul. 2021.
5. BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
6. BRAGA, T. B. M.; MOSQUEIRA, S. M.; MORATO, H. T. P. Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. **Temas de Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, 2012. p. 555-70. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v20n2/v20n2a20.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.
7. BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
8. BISELLI, A. C. T.; BARRETO C. L. B. T. O Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo e Formação do Psicólogo: Relato de uma Experiência. *In*: BARRETO, C. L. B. T., MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. **Prática psicológica na perspectiva fenomenológica**

- existencial.** Curitiba: Juruá, 2013. p. 231-58.
9. HERÁCLIO, M. A ação clínica e os processos de desapropriação: a narrativa enquanto possibilidade. In: BARRETO, C.L.B.T. *et al.* (org) **Clínica Psicológica e sofrimento humano: uma perspectiva fenomenológica existencial.** 1 ed. Curitiba: CRV, 2018.
10. CRITELLI, M. D. **Análítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica.** 2. ed. São Paulo: EDUC/Brasiliense, 2007.
11. SILVA, E. F. G.; SANTOS, S. E. B. Fenomenologia existencial como caminho para pesquisa qualitativa em psicologia. **Revista da NUFEN**, Belém, v. 9, n. 3, p. 110-26. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v9n3/a08.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.
12. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
13. BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Governo Federal finaliza obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jDL1mYq1I3o>. Acesso em: 17 jul. 2020.
14. FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.
15. GUIMARÃES, A. G. A.; MARQUES, C.; SANTOS, S. E. B. Transposição do rio São Francisco: O padrão desenvolvimentista através de megaempreendimentos e seus consequentes deslocamentos forçados. **Revista Científica do UniRios**, Bahia, n. 30, p. 437-59, 2021. Disponível em: <http://www.unirios.edu.br/revistarios/inter nas/conteudo/resumo.php?id=617>. Acesso em: 10 jul. 2021.
16. FARIAS, M. N.; FALEIRO, W. Educação dos povos do campo no brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte v. 36, e216229, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci _arttext&pid=S0102-46982020000100215&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 julho. 2021.
17. MARTÍNEZ, A. *et al.* O Estado como instrumento, o Estado como impedimento: contribuições ao debate sobre a transformação social. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pósextrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016. p. 355-401.
18. SEGAUD, M. **Antropologia do espaço: Habitar, fundar, distribuir, transformar.** São Paulo: SESC, 2016.
19. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **As águas do São Francisco estão chegando ao Ceará.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w-6oBm3m5eg>. Acesso em: 17 jul. 2020.
20. SILVA, G.; SANTOS, G. O.; SANTOS, S. E. B. Um lamento ao redor do Velho Chico: por onde anda o direito à saúde? In: CARDOSO, F. S.; D'ANGELO, I. B. M.; CUNHA, C. O. G. M. **Interdisciplinaridade e direito, volume 2: reflexões teóricas e empíricas.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 70-84.
21. CANAL PLANALTO. **Conheça o Eixão das Águas, localizado no Ceará.** Brasília, 2014. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Pkgk58tMBWg>. Acesso em: 17 jul. 2020.

22. MAIA, A. F. Psicologia, política e direitos humanos: ambiguidades e contradições. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 1, p. 131-44, 2013.

23. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Unic, 2009.

24. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

25. OLIVEIRA, M. H. B. *et al.* **Direitos Humanos e Saúde**: construindo caminhos, viabilizando rumos. Rio de Janeiro: Cebes; 2017.

26. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**. Brasília: Conselho federal de Psicologia, 2005.

Agradecimentos

O rio que aqui se debulha em palavras são de (correntes) da multiplicidade nítida no TransVERgente, arriscamos patentear ao nome o pronome nosso. Sim, nosso porquê a nascente desse rio flui daquilo que é *nosso*. Por isso, agradecemos a esse nosso, por possibilitar este artigo, nosso porque é de todos aqueles que habitam ou habitaram as comunidades aos arredores do Velho Chico, nosso porque dele fez parte o Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade - GEPT/UPE, o Laboratório de Estudos em Ação Clínica e Saúde - LACS/UPE e o Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho - LASAT/FIOCRUZ, nosso porque dançam nessas águas a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sertânia (STR-Sertânia), nosso porque, a partir do momento em que ele te afetar, é seu também. Obrigada!